Procurador-geral e ex-secretário prestam esclarecimentos à comissão

Assunto:

CPI DAS CANCELAS

Convocados para esclarecer questões cujas respostas não foram consideradas satisfatórias, o secretário municipal adjunto de Gestão Administrativa e o procurador-geral do Município compareceram na manhã desta terça (1º/3) à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura o fechamento de vias e espaços públicos da cidade por moradores de condomínios e ruas sem saída. Satisfeito com os esclarecimentos, o presidente da CPI, Henrique Braga (PSDB), destacou como principal encaminhamento a sugestão de cercamento do parque Cássia Eller, na Pampulha, que teria sido apropriado indevidamente pelos moradores.

À frente da Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa até poucas semanas atrás, o atual secretário de Desenvolvimento Econômico, Hipérides Atheniense, lamentou a desorganização com que os processos referentes a esse tema transitam em diferentes setores sem a devida ordenação e encaminhamento corretos, configurando o denominado ?turismo processual?. O gestor declarou que, diante das solicitações e questionamentos levantadas pela CPI, a prefeitura decidiu indeferir e reiniciar ?do zero? todos os processos em andamento, destacando que os atuais termos de uso têm caráter temporário, podendo ser revistos após a definição das normas pelo Legislativo.

Segundo o ex-secretário, a pasta tem conhecimento apenas dos processos formais de concessão e não possui informações sobre as vias fechadas informalmente na cidade. Ele explicou que a prática geralmente ocorre quando a via em questão não possui saída ou não constitui passagem para outras áreas; quando existem áreas de conflito ou criminalidade no entorno que exponham a segurança dos moradores; e em condomínios mais antigos, construídos nos anos 1970 e 1980, nos quais parte das vias internas estão incluídas na fração ideal do terreno, além de situações atípicas, como construções irregulares em áreas destinadas à abertura de ruas.

Pedro Patrus (PT) declarou-se insatisfeito com as informações fornecidas pelas regionais, que, de acordo com Hipérides, são as únicas que, devido a suas atribuições de fiscalização, têm conhecimento sobre eventuais fechamentos

irregulares ou informais de vias. De acordo com o parlamentar, as diferenças entre as situações dos condomínios apontam para um tratamento específico em função da classe social e do poder econômico dos envolvidos. Patrus e o relator Autair Gomes (PSC) também criticaram a suposta concordância da Polícia Militar com o controle de acesso às vias, no âmbito de programas de parceria entre a instituição e a comunidade, alegada por alguns.

Reconhecendo a importância da elaboração de uma legislação que contemple as diferentes situações observadas na prática, o titular da Procuradoria-Geral do Município, Rúsvel Beltrame Rocha, ressaltou a necessidade de definir de forma mais precisa os termos utilizados, evitando conceitos vagos adotados nas normas atuais, referentes a ?vias cul-de-sac e *assemelhados*.? Rúsvel também elogiou o trabalho conduzido pelo Legislativo, afirmando que a apuração que vem sendo realizada contribuirá para o aperfeiçoamento das normas municipais sobre o tema e conferirá maior segurança jurídica às partes envolvidas.

Diante das observações dos vereadores Heleno (PSDB) e Jorge Santos (PRB), que criticaram a privatização de espaços públicos e defenderam o direito de ir e vir da população que paga impostos, os representantes da PBH garantiram que a instalação de barreiras físicas nessas vias é condicionado ao não impedimento da circulação e à não solicitação de identificação de motoristas e transeuntes. Heleno, por sua vez, elogiou a disposição da prefeitura em acolher a legislação elaborada no Legislativo, que busca garantir os direitos de todos.

Parque Cássia Eller

Todos os participantes, unanimemente, destacaram como situação mais grave a ser solucionada a apropriação indevida do Parque Cássia Eller, na Pampulha, pelos moradores do Condomínio Fazendas da Serra, adjacente à área, na qual foram apuradas a instalação irregular de placas de trânsito e estacionamento proibido, a exigência de identificação de usuários não residentes e utilização irregular do espaço após as 18h, quando o equipamento está fechado para a população. Segundo os vereadores, uma solução aceitável seria o cercamento do parque, impedindo o acesso direto dos moradores do condomínio a qualquer hora, submetendo-os aos mesmos horários estipulados para os demais cidadãos.

Clube dos Caçadores

Os parlamentares manifestaram a desconfiança gerada pela resistência do síndico e dos condôminos do Clube dos Caçadores, situado no Bairro Mangabeiras, Zona Sul da capital, em receber a visita técnica da comissão, após várias tentativas. Composto por residências de alto padrão, o condomínio cercou o entorno e instalou portaria com cancelas e vigilantes para controlar o trânsito de veículos e pedestres em seu interior.

Lembrando que a comissão já visitou os condomínios Fazenda da Serra, Henricão e Santos Dumont, cada um deles com padrão, histórico e condições de ocupação particulares, Autair Gomes afirmou que a visita permitiria aos vereadores verificar in loco a situação das vias do condomínio, constatar a alegada ausência de saídas e passagens para quarteirões adjacentes e apreender as especificidades da ocupação do local.

Insatisfeito com a informação de que a cancela removida após ação civil pública foi recolocada depois que uma das casas foi assaltada, Pedro Patrus lembrou que todos os moradores da cidade, incluindo ele próprio, estão sujeitos a assaltos e arrombamentos sem que isso os autorize a fechar a rua de suas casas.

Recebimento de ofícios

Henrique Braga registrou o recebimento e a disponibilização, a todos os vereadores, de ofícios da Secretaria Municipal de Governo e da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público de Minas Gerais em resposta a requerimentos de informação encaminhados pela comissão. O primeiro solicitou esclarecimentos à Secretaria Adjunta de Gestão Administrativa sobre a paginação dos autos apresentados à comissão, já que não seguem uma lógica cronológica nem contém a íntegra das manifestações favoráveis e contrárias à celebração do termo de permissão de uso.

O segundo requerimento respondido solicitou informações ao promotor responsável sobre o Inquérito Civil

0024.14.009592-8, que apura a irregularidade do Condomínio Fazendas da Serra, na Pampulha, onde os moradores se apropriaram da área pública do Parque Cássia Eller, instalando cancelas e seguranças para controlar a entrada e circulação de pessoas. Segundo Braga, o conteúdo e o andamento do inquérito civil encaminhado pelo Ministério Público serão devidamente analisados pela assessoria técnica da Casa.

Entenda da CPI das Cancelas

Assista ao vídeo na íntegra.

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:
Terça-Feira, 1 Março, 2016 - 00:00